



Manifestações de 2013 e crise político-econômica dos Governos Dilma.

Palavras-chave: Jornadas de Junho, Crise, Governo Dilma.

Autores:

Leonardo Vitor da Silva (IE-UNICAMP)

Guilherme Santos Mello (IE-UNICAMP)

Introdução e Revisão Bibliográfica.

Esta pesquisa integra os trabalhos que buscam analisar o refluxo e a consolidação da extrema direita no Brasil. Para tanto, realizamos uma profunda incursão na bibliografia e nos dados sobre o *annus mirabilis* de 2013, sendo as jornadas de junho sinalizadoras do mal-estar que pesaria sob a democracia brasileira. As principais hipóteses referentes às jornadas de junho levantadas na literatura podem ser divididas em dois grandes grupos, (1) o que enxerga os protestos como forma de “aprofundamento democrático” e (2) aquele que considera as manifestações como uma quebra do monopólio de esquerda das ruas, sendo o grosso dos protestos identificado com a classe média. São partidários da primeira conjectura autores como Santos (2017), Nobre (2013) e Braga (2015). Fazem contraponto à essa hipótese pesquisadores mais céticos e críticos quanto aos protestos, como Armando Boito, Souza (2016) e Avritzer (2016). Ambas as hipóteses são conjugadas por Singer (2018), para quem junho compreende tanto jovens adultos de “classe média tradicional”, quanto jovens pertencentes às classes de renda mais baixa, mas com escolaridade média, sendo extremamente complicado destacar qual deles seria o ator principal das manifestações.

Apesar de assertivas em determinados pontos, estas narrativas apresentam inconsistências. A primeira hipótese, por exemplo, coloca a queda da mobilidade social como derivação sumária das contradições internas às políticas sociais do lulismo, mas não considera o conflito velado que decorre da própria forma de reprodução social das classes, alicerçada em *habitus* e mecanismos de distinção que, em grande medida, divisam as classes que participam do reconhecimento social daquelas que não o fazem (BOURDIEU, 2008; SOUZA, 2020). A segunda narrativa, além de manipular incorretamente alguns dados sobre os protestos,¹ pressupõe a contrariedade da classe média tradicional às políticas sociais do lulismo, em contradição com o fato de que “todos, no Brasil, defendem um Estado interventor: dos mais abastados aos mais pobres” (RENNO & TURGEON, 2016, p.24).

Análises como a de Avritzer (2016) e Santos (2016), para quem os manifestantes foram condescendentes ao discurso midiático “conservador” acerca dos impasses quanto à representatividade e legitimidade do sistema político, são precipitadas e ignoram que a crise de representatividade “não é uma criação da mídia nem da direita. Trata-se de uma situação real, decorrente, em grande parte, da transformação dos partidos em amálgamas de interesses, prontos para coligações sem consistência ideológica, motivadas pela busca ou manutenção do poder” (GONDIM, 2016, p.371). Além disso, a mídia, apesar de engrossar o caldo anticorrupção entornado pelos manifestantes, dificilmente pode ser considerada o substrato último dessa pauta. Essa relação causal, além de colocar os eleitores como consumidores passivos de notícias, esquece que “a mídia nem sempre possui grande impacto na relevância atribuída aos temas e no entendimento que os indivíduos possuem sobre diversas questões”, e que “o consumo de notícias nem sempre é um componente importante para alterar as percepções do governo” (TELLES, 2019, p.83).

Em tempo, as duas teses se afastam do imbricamento entre a construção da cidadania através do consumo - que age como impulso à mobilidade social e represa insatisfações - e o fervor de uma “cidadania insurgente”, relacionada com a forma pela qual se governou a sociedade brasileira (ARANTES, 2014).

Resultados e Discussão.

Em 2 de junho de 2013 foi anunciado o reajuste de 6% (de R\$3 para R\$3,20) no valor das passagens do transporte urbano de São Paulo, medida do então prefeito Fernando Haddad (PT) e do governador Geraldo Alckmin (PSDB). Não demorou muito, a ação ensejou críticas veementes por parte da sociedade civil e, quatro dias após o anúncio, foi convocada a primeira manifestação de rua. Os protestos começaram

¹ É o caso de Avritzer (2016) ao dizer que a renda média dos partícipes superava os 10 salários-mínimos e de Armando Boito, ao preterir a “juventude” de sua interpretação.

pequenos, mas foram adquirindo cada vez mais força, sobretudo após cenas da extrema violência policial perpetuada no dia 17 de junho, até que no dia 20 de junho cerca de 1,5 milhão de pessoas saíram às ruas do país em comemoração à revogação do aumento do preço das passagens de transporte metropolitano.

A pauta defendida pelos manifestantes, em um primeiro momento, estava focada na reivindicação da gratuidade do transporte e por melhorias nos serviços públicos. Porém, após o crescimento dos protestos e a fragmentação de demandas, paulatinamente o polo aglutinador da manifestação foi se colocando ao antipetismo, tendo sua característica central refletida nos gritos anticorrupção.

Concomitantemente, a mídia que antes propagava a imagem dos manifestantes como vândalos e baderneiros, passou a enquadrá-los sob uma ótica menos combativa, apresentando-os, agora, como jovens e adultos contrários ao PT e ao escândalos de corrupção que pululavam na administração do partido. O resumo geral das manifestações pode ser encontrado na Tabela 1 logo abaixo.

Tabela 1 – Síntese das manifestações de junho de 2013

	Sofredor	Agressor	Observador	Audiência	Pautas	Nº médio de manifestantes
1º fase: Eclósão	Sociedade Civil e Polícia	Manifestantes do MPL	Imprensa tradicional	Identificação com o policial/herói e com a sociedade civil	Contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos e em defesa do passa livre universal	Entre os dias 6 e 11, média de 3,5mil. No dia 13, aproximadamente 20mil.
2º fase: Inflexão	Jornalistas, Manifestantes do MPL, Sociedade Civil	Estado/Política	Imprensa tradicional, mídia social	Identificação com os manifestantes do MPL, com os jornalistas agredidos e com a sociedade civil	Intensa articulação nas redes sociais condenando a violência policial da fase anterior; em defesa do direito de protesto	Não há passeatas nas ruas
3º fase: Ampliação	Sociedade Civil	Partidos Políticos, Governo Dilma, Estado	Imprensa tradicional, Mídia social	Identificação com a sociedade civil	Governo Dilma; gastos com a Copa; segurança pública; saúde e educação.	Entre os dias 17 e 20, média de 75mil pessoas
4º fase: Declínio	Sociedade Civil	Governo do PT, Partidos Políticos	Imprensa tradicional	Identificação com a sociedade civil	Combate à Corrupção; papel dos partidos; governo Dilma; saúde e educação; gastos com a Copa	Em 22 de junho, cerca de 30mil pessoas. Em julho, o pico é de 120mil pessoas no país no dia 11.

Fonte: Adaptado de Melo e Vaz (2018), com base em Avritzer (2016), Singer (2018), Gohn (2014).

Os manifestantes, por sua vez, não eram nem somente de classe média, nem exclusivamente “populares”. Se somente a renda for usada como métrica de análise as conjecturas se distorcem,² dado o fato de que ambas as classes participaram dos protestos de forma não desprezível. O estrato correspondente à “classe C”, no entanto, é incontestemente a maioria relativa nas manifestações, variando de 30% a 54%. O conjunto dos manifestantes estava nesse limite da distribuição, uma vez que o grupo composto da classe mais baixa até a média classe média sempre foi majoritário, correspondendo, respectivamente, a 89%, 71% e 80% dos dias em que há informações.

Além disso, o baixo número de manifestantes apenas com ensino fundamental não pode ser usado para inferir que a “base da pirâmide” esteve fora das manifestações, pois o processo de inclusão propiciado pelo lulismo garantiu, ainda que de forma precária, o acesso à educação superior para os mais pobres.

Portanto, guardadas as diferenças regionais, os protestos foram compostos, em sua grande maioria, por indivíduos de alta e média escolaridade, com renda corresponde à camada intermediária, que possivelmente tentavam trilhar caminho ascensional, mas eram obstados por aspectos materiais e imateriais – conforme se verá adiante. Há, também, um componente de manifestantes oriundos do estrato mais baixo de renda, que lutavam pela integração ao sistema, assim como uma fração de trabalhadores particularmente beneficiada com algumas políticas do lulismo, como a valorização do salário-mínimo e a expansão do ensino superior. Componente, este, que superava a participação da classe alta.

A postura reativa do governo frente às manifestações e a perplexidade com a qual analistas trataram os eventos - uma “erupção social” – evidencia que segundo esses autores não havia motivo plausível que justificasse tamanha onda de protestos. Parafraseando o ex-ministro de Dilma, Gilberto Carvalho, “fizemos tanto por essa gente e agora eles se levantam contra nós”.³ Um resumo da lógica latente ao raciocínio do ex-ministro é exposto por Santos (2017, p.95) da seguinte forma:

² Nesse ponto, Alonso (2017, p.50) é precisa ao afirmar que “o processo [do lulismo] perturbou a representação simbólica da hierarquia social, ao tornar menos eficazes seus princípios organizadores (renda, escolaridade, raça)”. Portanto, analisar as manifestações somente a partir desses princípios pode desembocar em confusão. Justamente por isso é que o olhar atento para outros marcadores sociais se faz premente.

³ Elder Ogliari, “Governo viu ‘ingratidão’ em protestos, diz ministros”. O Estado de S. Paulo 25 jan. 2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,governo-viu-ingratidao-em-protestos-diz-ministro-imp-,1122684>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

Para quem via o Brasil com os óculos do lulismo, a revolta popular surgiu como um raio em céu azul. Acreditava-se que o país era infenso à crise mundial e se reencontrara com o crescimento econômico após três décadas de estagnação. O salário-mínimo real crescera e o consumo aumentara, dando origem a uma nova classe média. Estimulava-se a formalização do trabalho e a empregada doméstica se tornava portadora de direitos. A pobreza absoluta diminuía, em consonância com abrangentes políticas de transferência de renda condicionada. O país quebrava recordes na exportação mineral e agropecuária, enquanto a descoberta do pré-sal acenava com uma prosperidade ainda maior. O Brasil passara de devedor a credor do FMI, de aluno a exemplo do Banco Mundial. [...] Como cereja do bolo, sediaríamos a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, um reconhecimento tácito de nossa competência e modernidade.

Esse modo de ver os anos do lulismo escondia que o ciclo que envolve consumo, crédito, investimento e redistribuição foi perdendo dinamismo a partir de 2010, devido à redução da velocidade da melhoria da distribuição de renda, e, sobretudo, aos limites no endividamento das famílias. A mobilidade social diminuiu em 2013 e a tão aclamada “nova classe média” era composta, na verdade, por indivíduos pobres, sem acesso a uma série de direitos e sofrendo a erosão de seu “fundo de vida” (PAULO, 2015).

Além disso, quanto à universalização do ensino superior, vale destacar que foi a iniciativa privada o eixo da expansão. Já em 2010 a estratégia de aumentar o acesso por meio das universidades federais dava sinais de esgotamento, sendo sintomática a progressiva elevação dos gastos com o Fies (GOMES; SILVA; OLIVEIRA, 2019). Em 2014 cerca de 2 milhões de estudantes da iniciativa privada eram assistidos pelo Fies, o que correspondia a 33% dos alunos do ensino superior privado, sendo que nesse mesmo ano valor próximo à 41% da totalidade do dispêndio federal com educação superior foi repassado ao Fies, configurando a perspectiva da educação como um negócio (SANTOS, 2017; LAVINAS; GENTIL, 2018).

A tão aclamada redução da desigualdade também sofria com seus próprios limites, pois, não obstante a redução do coeficiente de Gini de 0,59 para 0,49 entre 2001 e 2015 e a diminuição da pobreza em mais de 20 milhões de indivíduos, o reformismo fraco do lulismo não veio acompanhado da sustentabilidade dessa mobilidade. Endossa o argumento, por exemplo, o fato de a redução do hiato e da gravidade da pobreza ter sido superior à queda efetiva da população pobre, sendo a diminuição de 18%, 22% e 8%, respectivamente (SOARES, 2012). Destaca-se, também, a constatação de que a condicionalidade do PBF quanto a frequência escolar não promoveu impacto na proficiência em matemática e em português dos alunos, sendo os efeitos bastante marginais, inclusive na comparação de indivíduos cujos pais possuíam emprego, renda e escolaridade similares (SANTARROSA, 2011). O enriquecimento dos mais abastados no mesmo período da redução da desigualdade também contribui para o “paradoxo” das políticas sociais. Não à toa, Soares (2010, p.377) já apontava para os limites naturais das políticas públicas preconizadas pelo lulismo afirmando que “a proteção social, em particular, sofre de limites orçamentários e administrativos. Grande parte das pessoas elegíveis para o Programa Bolsa Família já foi coberta; aumentos no salário-mínimo eram muito distributivos em 2001, mas o foram menos em 2006”.

Em suma, a tese de reformismo fraco do lulismo é reforçada a partir desses indicadores expostos acima. As métricas tradicionais analisadas indicam a confusão presente na análise do período, refletida essencialmente na narrativa sobre a “nova classe média”.⁴ Ainda que as contradições sociais e econômicas do lulismo permitam inferir a “base material dos protestos”, não dão cabo de esclarecer outras fontes fundamentais de insatisfação popular que subjazem esses indicadores.

Sob os auspícios dos tempos do lulismo residia um importante conflito que separa a sociedade brasileira, a saber, a distinção de determinadas classes alicerçadas no acesso a bens e serviços exclusivos. Isso é particularmente importante no caso brasileiro, pois o que o lulismo produziu foi uma “aproximação” entre as classes ao promover a “inclusão pelo consumo”. O problema é que existe certo caráter endogâmico na classe média tradicional que impede que seus símbolos de diferenciação social sejam alcançados pelas demais classes (SOUZA, 2020; MARIUTTI, 2020). Assim, ralé e batalhadores brasileiros aspiram uma ascensão social inalcançável (FILHO, 2016).

Quando divisadas por mecanismo de distinção, as classes sociais mais baixas, na ausência de instrumentos que quebrem a barreira que as separa do “mundo de cima”, procuram formas de aproximação que estejam ao seu alcance. Isso inclui a ampliação da fruição de bens materiais e a “ética do trabalho duro”, fazendo com que a família e o esforço próprio ganhem cada vez mais centralidade. Destituída do habitus que concede visibilidade social às classes, esses indivíduos só têm a si mesmos como instrumento de valorização. Recorrem, portanto, para afirmar o seu valor, “aos critérios pelos quais se vê pautando seu

⁴ A confusão foi tamanha que nem mesmo os próprios indivíduos pertencentes à “classe C” se consideravam classe média. Elvira Lobato, “Classe média emergente se acha pobre”. Folha de S. Paulo 10 ago. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1008200810.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

trabalho e sua vida” (CARNEIRO; ROCHA, 2020, p.156), de modo a metamorfosear suas necessidades em virtude (BOURDIEU, 2008).

Outro ponto importante nesse contexto é a aglutinação, dentro do aparelho de Estado, dos anseios por participação popular. A relação umbilical entre lulismo e movimentos sociais fez que com que, de um lado, impulsos de cidadania insurgente fossem cooptados e diluídos e, de outro lado, transformou os eleitores petistas em meros clientes do partido (BRAGA, 2012; ARANTES, 2014; PINTO, 2017; MARIUTTI, 2020).

Cria-se, portanto, uma conjectura nova para as manifestações de 2013, onde se observa que os protestos refletiam a insatisfação, de um lado, de jovens “batalhadores”, alguns saídos da “ralé”, beneficiários das políticas de inclusão petistas, que viram em conflito o sonho do diploma universitário e de um rendimento adequado, com uma realidade precarizada, composta de serviços públicos ineficazes, como mal atendimento à saúde, educação de baixa qualidade, transporte encarecido e violência urbana. São jovens, portanto, promovidos à “classe C” pelo consumo, mas não integrados à classe média pelo capital simbólico e familiar, fendidos pela “fratura brasileira”. Por outro lado, há uma “classe média” ainda excluída do habitus da “classe média tradicional”, “esquecida” pelas políticas do lulismo, e que luta, juntamente com a “ralé” e os “batalhadores” para ser incorporada à “minoridade vencedora”.

Acrescenta-se a isto o caráter insurgente – mas nem por isso revolucionário – da massa de indivíduos que saiu às ruas. Indivíduos que notavam o esgotamento dos espaços participativos, onde o real poder de decisão passava ao largo. Essas pessoas se juntaram àquelas que se encontravam fora da “burocracia estatal” – setores da sociedade que não usufruíam do desenvolvimentismo – e principiaram a ruptura com a forma pela qual se exercia a governabilidade sobre a sociedade brasileira (ARANTES, 2014).

Toda essa “pulsão plebeia” foi transformada a partir de 2014. Enquanto o discurso petista sofria com uma fragmentação e não mais entusiasmava a antiga base do partido, manifestações contra a realização da Copa do Mundo de 2014 aumentavam a rejeição ao governo da então presidenta Dilma Rousseff. Esse imbróglio se intensificou a partir da deflagração da Operação Lava Jato em março do mesmo ano, processo que culminaria em novas manifestações, dessa vez tendo como pauta central o combate à corrupção, identificada de forma direta como produto dos governos petistas e da própria esquerda.

A crise atingiu o ápice com os protestos realizados em favor do impeachment de Dilma, em 13 de março de 2016, quando cerca de 3,6 milhões de pessoas saíram às ruas do país. O perfil dos manifestantes era bem diferente daquele observado em junho, com predominância da classe média tradicional, ainda que não seja irrelevante o contingente de indivíduos que pertenciam às classes mais baixas.

Em suma, ainda que não haja relação causal direta, o que começou em 2013 como uma massa de manifestantes em defesa de melhor qualidade nos serviços públicos, continuidade da ascensão social e, em parte, contra a corrupção, terminaria em 2016 com mega protestos contra Dilma, os quadros do PT e a esquerda como um todo. Desse momento em diante o que é mais espantoso e marca a inflexão dos anos recentes “não é a direita ir às ruas, é a esquerda sair delas” (TELLES, 2019, p.86).

Vale lembrar que o pano de fundo tenso gestado em junho de 2013 foi reforçado por sucessivos escândalos de corrupção envolvendo o partido da situação - as chamadas “pautas-bombas” - e pela crise econômica principiada em 2014. A Lava Jato, por sua vez, ao reforçar um “clima de guerra” contra o petismo, contribuiu para que se engendrasse uma “cruzada moral” contra a totalidade da esquerda, identificada por antonômias com o PT. Longe de ser a causadora do impeachment, a Lava Jato apenas catapultou uma insatisfação política que pairava no país.

O substrato material das insatisfações políticas, muito mais visível do que em 2013, traduzia-se na alta taxa de desemprego de 12,7% em 2017, no aumento da pobreza, que atingiu 54,8 milhões de pessoas neste mesmo ano, e no encolhimento da renda da população. Em consonância com a crise econômica, estava uma crise social aguda, marcada pelo aumento da violência urbana, por expectativas decrescentes e pela desilusão popular. A crise multifacetada que dominou o cenário nacional logo antes da eleição de 2018 prenunciava uma fratura social que seria ratificada com a eleição de Jair Bolsonaro. A esperança da população havia se transformado em ódio e o eleitor petista havia guinado à extrema direita (PINHIRO-MACHADO; SCALCO, 2020). Ficava evidente, nesse momento, o fenômeno bolsonarista.

É importante fazer uma ressalva. O bolsonarismo, de acordo com Avelar (2021, p.233) “é um movimento *real* da sociedade brasileira, uma cultura com um discurso próprio, uma experiência específica de estar no mundo”. Portanto, seria enganoso asseverar que junho de 2013 criou um “nova forma de estar no mundo” para a maioria da sociedade brasileira. Além disso, não é possível assumir que o discurso bolsonarista encante as classes populares somente pela ingenuidade destas enquanto vítimas da desinformação em massa. Essa transição ocorre em virtude de processos sociais e políticos específicos que atravessaram o país em anos recentes.

Referências Bibliográficas.

ALONSO, A. A política das ruas. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 37, n. 1, p. 49–58, 2017.

ARANTES, P. E. O novo tempo do mundo: E outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

AVELAR, I. Eles em Nós: Retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI. São Paulo: Record, 2021.

AVRITZER, L. Impasses da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BOURDIEU, P. A Distinção: Crítica social do julgamento. São Paulo: Zouk, 2008.

BRAGA, R. A Política do Precariado: Do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. A Pulsão Plebeia: Trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

BUCCI, E. A Forma Bruta dos Protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CARNEIRO, M. T.; ROCHA, E. Do fundo do buraco: O drama social das empregadas domésticas. In: SOUZA, J. (Ed.). *A Ralé Brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

CATANI, A. M. et al. Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FILHO, C. G. da C. Capital Cultural e o Consumo de Status na Classe Média Brasileira. Dissertação (Doutorado em Gestão Estratégica, Marketing e Inovação) — Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras (UFLA), Minas Gerais, 2016.

GOHN, M. da G. Manifestações de 2013 no Brasil e Praça dos Indignados no Mundo. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, S.; SILVA, A. L. N. da; OLIVEIRA, F. C. Governos partidários e políticas educacionais no Brasil do século XXI: A eficácia da democracia. In: ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de (Ed.). *As Políticas da Política: Desigualdade e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Unesp, 2019.

GONDIM, L. M. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: A face invisível das jornadas de junho de 2013. *Polis. Revista Latinoamericana*, Centro de Investigación Sociedad y Políticas Públicas (CISPO), n. 44, p. 357–371, 2016.

LAVINAS, L.; GENTIL, D. L. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. *Novos estudos CEBRAP, SciELO Brasil*, v. 37, n. 2, p. 191–211, 2018.

MARIUTTI, E. B. Olavo de carvalho e a onda conservadora contemporânea. *Texto para Discussão*, Instituto de Economia, Unicamp, n. 380, 2020.

MELO, C. T. V. d.; VAZ, P. R. G. E a corrupção coube em 20 centavos. *Galáxia (São Paulo), SciELO Brasil*, n. 39, p. 23–38, 2018.

NOBRE, M. Choque de Democracia: Razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PAULO, C. B. de. Nova Classe Média: Acesso a serviços sociais e a morfologia do trabalho da faixa de renda C. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (Unb), Brasília/DF, 2015.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, The University of Chicago Press Chicago, IL, v. 10, n. 1, p. 21–31, 2020.

PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política, SciELO Brasil*, n. 100, p. 119–153, 2017.

RENNÓ, L.; TURGEON, M. A psicologia política das classes sociais no Brasil: Atributos das atitudes políticas por estratificação e mobilidade social. *Dados, SciELO Brasil*, v. 59, n. 1, p. 11–52, 2016.

SANTARROSA, R. Impacto das Transferências Condicionadas de Renda sobre a Proficiência dos alunos do Ensino Fundamental no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia) — Escola de Economia, Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2011.

SANTOS, F. L. B. Além do PT: A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana. São Paulo: Elefante, 2017.

SINGER, A. O Lulismo em Crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOARES, S. S. D. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável? *Brazilian Journal of Political Economy, SciELO Brasil*, v. 30, n. 3, p. 364–380, 2010.

_____. Bolsa família, its design, its impacts e possibilities for the future. Working Paper, International Policy Center for Inclusive Growth, 2012.

SOUZA, J. A Radiografia do Golpe: Entenda como e porque você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

_____. *A Ralé Brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

TELLES, H. Corrupção, legitimidade, democracia e protestos: O boom da direita na política nacional. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Ed.). *As Direitas nas Redes e nas Ruas: A crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.